



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS FLORIANO
CURSO ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

ROSANGELA REIS DE SOUSA

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ESCOLAR NA
EDUCAÇÃO INFANTIL

FLORIANO

2023

ROSANGELA REIS DE SOUSA

**EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ESCOLAR NA
EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo científico)
apresentado como exigência parcial para obtenção
do diploma do Curso de Especialização em
Educação Especial e Inclusiva do Instituto Federal
de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí,
Campus Floriano.

FLORIANO

2023

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Rosângela Reis de Sousa¹

Prof. Dr. Manuel Gonçalves da Silva Neto.²

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar os principais desafios de implementação das escolas para acolher as crianças com necessidades especializadas na educação inclusiva. Com isso, realizou-se uma pesquisa bibliográfica na base *Scielo*. Obteve-se 7 artigos candidatos os quais após processo de filtragem resultou em 5 artigos finais aprovados para avaliação. Os resultados da análise indicam que é necessário melhorar a abordagem na inclusão escolar para criança com necessidades especiais, com uso de múltiplos recursos, tecnologia assistiva, acessibilidade e formação de professores. Além disso, reforçar os direitos fundamentais desses alunos, enriquecendo a diversidade e a cultura das escolas e da sociedade como um todo. Conclui-se, baseado nos artigos avaliados, que é necessário ter abordagens individualizadas e coletivas sobre a inclusão, respeito à diversidade e apoio à resiliência, esses elementos trabalham juntos para criar ambientes de aprendizado que atendam às necessidades individuais de todos os alunos, promovendo a inclusão e a participação plena no ambiente escolar.

Palavras-chave: Crianças com deficiência, Escolas, Educação especial.

ABSTRACT

This research aims to analyze the main challenges of implementing schools to welcome children with specialized needs in inclusive education. With this, a bibliographical research was carried out in the Scielo database. 7 candidate articles were obtained, which after a filtering process resulted in 5 final articles approved for evaluation. The results of the analysis indicate that it is necessary to improve the approach to school inclusion for children with special needs, with the use of multiple resources, assistive technology, accessibility and teacher training. Furthermore, reinforce the fundamental rights of these students, enriching the diversity and culture of schools and society as a whole. It is concluded, based on the articles evaluated, that it is necessary to have individualized and collective approaches to inclusion, respect for diversity and support for resilience, these elements work together to create learning environments that meet the individual needs of all students, promoting inclusion and full participation in the school environment.

Keywords: Children with disabilities, Schools, Special education.

¹ Pedagoga. Universidade Federal do Piauí. soureres@gmail.com

² Doutor em Engenharia de Teleinformática pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Mestre em Engenharia de Software pelo Centro de Estudos e Sistemas Avançados de Recife (CESAR) e Bacharel em Ciência da Computação pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). E-mail: manuel@ifpi.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Durante anos as crianças com deficiência eram tratadas com discriminação e exclusão pela sociedade. Impedindo o desenvolvimento pessoal, afetando diretamente o meio familiar e mesmo com a garantia de alguns direitos, impediu-se de usufruir da cidadania outorgada pelos dispositivos legais (MENDES, COSTA e DENARI, 2022).

As lutas em favor do direito à vida e aos espaços formais de educação trouxeram mudanças importantes no modo de organização das pessoas com deficiência. Em todo o mundo, foram construídas novas diretrizes para a educação, incluindo e desenvolvendo a aprendizagem dos alunos sem excluir os com necessidades especiais (BARRETO, 2019).

Desse modo, a legislação brasileira refere que a educação é um direito de todos, sem discriminação de raça, cor ou religião, e nenhuma outra distinção de qualquer natureza (BRASIL, 1988). Com isso, entende-se que a escola também é uma garantia de efetivação do que a lei relata. É necessário garantir um ambiente escolar que acolha todo e qualquer aluno, sobretudo aqueles que necessitam de cuidados especializados.

A escola tem que estar adequada para receber as crianças com necessidades especializadas, e ser um ambiente acolhedor. Assim, disponibilizar a qualidade de ensino em sua totalidade, possibilitando a autonomia e independência de acordo com cada especificidade (BRASIL, 2008).

Além da legislação já apresentada, é também assegurado pela Lei de Diretrizes e Base da educação brasileira de 1996, o estabelecimento do direito de toda e qualquer criança e adolescente sem distinção. No art. 58 ainda afirma que a educação especial será oferecida de preferência na rede regular de ensino para alunos com necessidades especiais. Lembrando que inclui todas as etapas e modalidades de ensino, a começar pela educação infantil onde inicia-se a primeira fase da escolarização composto por alunos de 0 a 6 anos de idade (BRASIL, 1996).

Mesmo com a lei em vigor, é necessário perceber se as escolas e os profissionais estão capacitados para receber as crianças com deficiência. E é com esse intuito que esta pesquisa bibliográfica vem buscar responder, qual o principal desafio de implementação das escolas para acolher as crianças com necessidades especializadas na educação inclusiva?

2 EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

2.1 Crianças e suas necessidades

Todas as crianças possuem especificidades para um crescimento saudável e pleno. Desse modo, um ambiente acolhedor, alimentação saudável, estruturação familiar são pontos-chaves que são somatizados na promoção desse bem-estar (TONUCCI, 2020).

Para as crianças com deficiência não é diferente, sociólogos como Michael Oliver, Paul Abberley e Vic Finkelstein apresentam em seus estudos o Modelo Social da Deficiência, como uma abordagem crítica que desafia a visão tradicional da deficiência como uma característica específica da pessoa. Em vez disso, mostram que a deficiência é uma construção social resultante da maneira como a sociedade lida com as diferenças individuais. O modelo enfatiza que as barreiras sociais e a falta de adaptação do ambiente são as principais causas da exclusão e da limitação das oportunidades para as pessoas com deficiência (FORESTI e BOUSFIELD, 2022).

Com isso, existem diversas formas de deficiências e também diversas formas de as incluir, a exemplo de crianças com redução ou inexistência de comunicação oral são apresentadas a algumas das possibilidades a seguir, de acordo com Araújo (2009):

-Língua Brasileira de Sinais (Libras): utilizada pelas pessoas surdas e adaptada à condição visual do surdocego. Observando-se aspectos como distância e posicionamento para a apresentação dos sinais. Caso seja cegueira, os sinais são realizados na mão do surdocego.

-Alfabeto dactilológico: também chamado de alfabeto digital ou alfabeto manual do surdo digitado na mão da pessoa surdocega, que pela articulação ou posição dos dedos percebe o sinal que está sendo formado e decodifica a letra.

-Braille digital: o Braille digitado no corpo da pessoa surdocega, mais precisamente nos dedos. Escrita alfabética na palma da mão: as letras do alfabeto são traçadas na palma da mão da pessoa surdocega.

-Tadoma: a percepção da vibração e articulação das palavras realizada pela mão do surdocego junto ao aparelho fonoarticulatório do falante. (SANTOS, GALVÃO e ARAÚJO, 2009, p.259)

Quando as deficiências estão relacionadas de ordem física, sensorial, mental, emocional ou de comportamento social, chama-se de deficiência múltipla. Entretanto, não é a soma dessas alterações que equivalem a deficiência múltipla, mas o nível de desenvolvimento, as possibilidades funcionais de comunicação, convívio social e de aprendizagem que constata as necessidades educacionais dessas pessoas (BRASIL, 2006, p. 11).

2.4 Práticas pedagógicas no ensino infantil

O ensino infantil é uma das etapas mais importantes na vida humana, porque é nesse período de descoberta de si, do outro, e a construção do próprio aprendizado. O ensino infantil compreende a primeira etapa da educação básica, sendo a fase da vida da criança que se passa entre os 2 e 5 anos de idade, sendo obrigatória a partir dos 4 anos e a criança tem sua primeira experiência escolar. O professor nesta fase da educação é um elemento fundamental no processo educativo. (GARCIA; RAMOS, 2022).

O professor que é elemento fundamental no processo educativo, antes, visto como aquele que era detentor do conhecimento e o aluno antes visto como um ser passivo, acrítico, sem autonomia passam a exercer outros papéis na atualidade, outros elementos como currículo, Projeto Político Pedagógico e práticas educativas são entrelaçadas ao processo educativo, cada um com uma função específica, e com sua importância frente às mudanças que ocorreram nos últimos tempos (BARRETO; ROCHA, 2020).

O professor que era considerado um ser detentor de todo o conhecimento e o aluno um ser passivo, acrítico, passam a exercer outros papéis com o passar do tempo, e as práticas pedagógicas passam a ser mais enfatizadas e novos conhecimentos passam a ser valorizados como a inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular. As práticas pedagógicas destes professores devem ser voltadas para o desenvolvimento e inclusão destes alunos para que eles se tornem mais participativos e autônomos no desenvolvimento do seu próprio aprendizado (VIDAL, 2022).

2.5 Pedagógicas na educação inclusiva

Para incluir estudantes com algum tipo de deficiência e necessidades educativas especiais aos centros de educação infantil, não é necessário um currículo especial, porém é preciso que haja ajustes e até modificações no currículo abrangendo os objetivos, conteúdos adaptáveis, procedimento didático metodológico e avaliação, propiciando o desenvolvimento e avanço dos alunos com necessidades especiais, no processo educativo. (SOUSA; SILVA, 2020)

Partindo de uma abordagem construtivista que é aquela em que o aluno constrói seus próprios conhecimentos a partir das suas vivências e experiências com ele e o mundo que o cerca, ele desenvolve seu aprendizado e suas potencialidades. O professor tem um papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem sendo mediador e articulador das diversas possibilidades de aprendizagem destes alunos, tornando esta aprendizagem significativa.

Estudantes com deficiências assistidos por estes professores são incluídos através de estratégias pedagógicas visando o crescimento e desenvolvimento comunicativo, motor, cognitivo e socioemocional de acordo com a necessidade específica de cada educando.

2.6 A diferença entre educação especial e educação inclusiva

Atualmente a educação inclusiva tem tomado grande destaque no cenário da educação brasileira, mas foi mencionada pela primeira vez na Declaração de Salamanca, em que defenderam a ideia que pessoas com deficiência poderiam interagir, socializar e participar do processo de aprendizagem em turmas regulares de ensino (NAÇÕES UNIDAS, 2004, p. 23)

A tendência da política social das passadas duas décadas tem consistido em promover a integração, a participação e o combate à exclusão. Inclusão e participação são essenciais à dignidade e ao desfrute e exercício dos direitos humanos. No campo da educação, essas concepções refletem-se no desenvolvimento de estratégias que procuram alcançar uma genuína igualdade de oportunidades (ESPECIAIS, 1994, p. 2).

Educação inclusiva, também chamada de escola inclusiva, é aquela que os alunos têm algum tipo de deficiência ou dificuldade na aprendizagem, que convivem em um espaço comum com alunos que não tenham deficiências. Um dos objetivos da educação inclusiva é incluir a todos no processo de educação. A educação especial é aquela que necessita de um atendimento especializado, para o aluno com deficiência, normalmente há uma equipe especializada para dar o suporte (FRANCO, 2020).

“Ela é o ramo da Educação que se ocupa do atendimento e da educação de pessoas com deficiência em instituições especializadas, tais como escolas para surdos, escolas para cegos ou escolas para atender pessoas com deficiência intelectual” (MENDOÇA, 2015, p. 2)

Desta forma, surgem muitas dúvidas e equívocos quanto a função do professor da educação especial e inclusiva e se este profissional está preparado para receber este público. No processo de formação de professores, a formação docente é orientada para que haja a construção do trabalho pedagógico e assim, promoção da inclusão. (BRASIL, 2001. 25-26).

[...] no processo de formação dos professores, atenção especial deve ser dada à preparação de todos os docentes, para que exercitem sua autonomia e apliquem suas habilidades na adaptação do currículo, e da instrução para dar uma atenção às necessidades especiais dos alunos, bem como para colaborar com os especialistas e com os pais (BRASIL, 2006).

O professor precisa estar atento ao seu público em especial aqueles que necessitam de maior atenção como as crianças com necessidades especiais que precisam do professor como uma figura primordial no seu processo de aprendizagem para que haja um aprendizado significativo que faça sentido para este aluno e que ele seja construtor do seu próprio conhecimento, sendo incluído de forma eficaz no processo educativo.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Tratou-se de uma pesquisa bibliográfica, com o intuito de analisar estudos que lidam sobre implementação e estratégias sobre o acolhimento de crianças com necessidades especializadas no âmbito escolar, utilizando a base de dados *Scielo*, para alcançar esses dados e com a organização dos descritores a partir das palavras chave que norteiam a pesquisa. Com isso, elegeu-se os seguintes descritores, “crianças com deficiência”, “escolas” e “educação especial”, usando o processo de conversão, combinação e construção, a partir desses descritores bases.

Essa pesquisa refere a modalidade qualitativa, sendo aquela em que o objeto estudado tem uma interrelação com aspectos sociais, políticos e culturais. Assim, deve-se considerar os aspectos da pesquisa qualitativa, que consiste:

[...] na escolha correta de métodos e teorias oportunos, no reconhecimento e na análise de diferentes perspectivas, nas reflexões dos pesquisadores a respeito de sua pesquisa como parte do processo de produção de conhecimento, e na variedade de abordagens e métodos (FLICK, 2004, p. 20).

Desta forma a pesquisa qualitativa é de grande relevância para a pesquisa bibliográfica, sendo ela consolidada com a análise e interpretação identificadas através do instrumento de coleta de dados e análise destes dados.

A intenção desse estudo é dissertar sobre temática de forma abrangente, com isso, selecionou-se estudos empregados os seguintes critérios: exclusão de artigos que sejam outras revisões sobre o tema; exclusão de tese, dissertações ou capítulos de livros para a formação em geral; exclusão panfletos ou posteres; exclusão de trabalho que não abordasse sobre a perspectiva da acessibilidade e os fatores de inclusão e permanência de crianças com deficiência nas escolas.

Iniciou-se a busca na base digital *Scielo* usando os descritores: “crianças com deficiência”, “escolas” e “educação especial” como pré definidoras. Após, foi passada pelo

processo de conversão, traduzida para o inglês, e utilizou o processo de combinação para incluir termos semelhantes com uso do “OR”. Finalizou-se para utilização na base de dados a formação: Schools AND (“Disabled Children” OR “Child Exceptional” OR Child OR Children) AND “Education Special”. Esse tipo de investigação é decorrente do Modelo ECUs, seguindo a estratégia proposta por ARAÚJO (2020) conhecida como estratégia PICO.

Foram aplicados filtros na pesquisa, como a disponibilidade do texto: texto completo gratuito; tipo de literatura: artigo; coleções: todos. Além disso, foram observados critérios de exclusão já detalhados na pesquisa. Desse modo, foram encontrados sete artigos, que após investigação detalhada, e passando pelo processo de exclusão, findou-se para cinco artigos que integra a análise bibliográfica dessa pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A seguir, apresentamos os procedimentos adotados para a investigação dos dados. O processo tem início com a análise da base, com descritor de busca, e após busca com uso dos termos dispostos para a pesquisa e filtros, encontrou-se cinco artigos que integraram a análise final e que estão dispostos no quadro 1.

Quadro 1 – Descrição dos manuscritos que compuseram a amostra da revisão bibliográfica, segundo título, periódico, base de dados, autores e ano. Floriano, Piauí, Brasil, 2023.

Título	Periódico	Base	Autores	Ano
Representaciones sociales de docentes sobre la inclusión del estudiantado con discapacidad.	Revista electrónica de investigación educativa	Scielo	Gutiérrez, Mario Fernando; Martínez Fernández, Liliana	2020
El derecho social fundamental de la educación para escolares con discapacidad en Venezuela	Universidad, Ciencia y Tecnología	Scielo	Viloria, María E	2016
Análise das queixas da rede municipal encaminhadas para a Educação Especial	Psicologia Escolar e Educacional	Scielo	Guerra, Bárbara Trevizan ; Rovaris, Jéssica Aline ; Mariano, Marília; Guidugli, Priscila Meireles ; Rosanti, Sofia; Bolsoni-Silva, Alessandra Turini	2015

Tecnologia assistiva para a criança com paralisia cerebral na escola: identificação das necessidades.	Revista Brasileira de Educação Especial	SciELO	Rocha, Aila Narene Dahwache Criado; Deliberato, Débora	2012
Dificuldades enfrentadas pelo cuidador na inclusão escolar de crianças com paralisia cerebral.	Educação em Revista	SciELO	Araujo, Denize Arouca; Lima, Elenice Dias Ribeiro de Paula	2011

Fonte: autoria própria

Observe-se no Quadro 1 estudos que abordaram diversas perspectivas relevantes sobre a Educação Especial Inclusiva, embora cada um deles aborde um aspecto específico desse tema. Com isso, há um denominador comum em todos eles, que é a preocupação com a inclusão e o bem-estar de estudantes com deficiência.

Gutiérrez e Martínez (2020) exploram as percepções e atitudes dos professores em relação à inclusão de estudantes com deficiência. Mostrando que a relevância reside na compreensão as ações dos professores, o que pode afetar diretamente a experiência dos alunos com deficiência. Esses autores mostram dimensões sobre as dificuldades inerentes à função docente na inclusão escolar, apontando quatro: dimensão profissional e interdisciplinar; dimensão emocional; dimensão social; e dimensão jurídica.

Desse modo, os autores explicam que por haver falha na dimensão profissional e jurídica, pois apenas colocar uma criança com necessidades especializadas no âmbito escolar sem a devida preparação dos docentes, como as leis determinam, afetam negativamente o desempenho do profissional e a permanência da criança. Além disso, interliga-se com as dimensões emocional e social, gerando desconforto e inaptidão (GUTIÉRREZ E MARTÍNEZ, 2020).

Um exemplo que ilustra o argumento sobre a importância da preparação adequada dos docentes e o cumprimento das leis para a inclusão de crianças com necessidades especiais pode ser encontrado na pesquisa realizada por Matos e Mendes (2015). Os autores investigaram as demandas dos professores no processo de inclusão na educação e como elas afetaram as experiências das crianças com deficiência nas escolas. O estudo revelou que a falta de preparação dos docentes e o não cumprimento das leis de inclusão eram fatores críticos que impactavam as qualidades tanto das crianças quanto dos professores.

Os autores destacaram que, quando os professores não eram devidamente treinados para atender às necessidades de alunos com deficiência, isso resultava em um ambiente escolar

inadequado e ineficiente. O desempenho acadêmico das crianças com deficiência foi afetado devido à falta de adaptações curriculares e apoio individualizado. Além disso, os professores, muitas vezes, se sentiam sobrecarregados e despreparados, o que gerava desconforto e inaptidão na sala de aula (MATOS E MENDES, 2015).

Esse estudo corrobora o argumento apresentado no tópico, destacando como a preparação dos docentes e o cumprimento das leis de inclusão são fundamentais para o sucesso da inclusão escolar. Ele evidencia as consequências negativas quando esses aspectos não são devidamente envolvidos, afetando não apenas o desempenho acadêmico, mas também as dimensões emocionais e sociais das crianças com deficiência e dos próprios professores (MATOS E MENDES, 2015; GUTIÉRREZ E MARTÍNEZ, 2020).

Quando se trata sobre a garantia de direitos, o segundo artigo, de Viloria (2016), ressalta o direito fundamental à educação de estudantes com deficiência, ocorrendo na Venezuela, proporcionando a relevância que reside na defesa dos direitos e na igualdade de acesso à educação. No qual é relevante para garantir a segurança e o bem-estar dos estudantes com deficiência.

O autor mostra que existe esforços por parte do governo para a implantação de medidas de integração de pessoas com deficiências em escolas regulares, professores especialistas a nível nacional, mas que é necessário fortalecer essa integralidade e a necessidade de uma política pública. Além disso, seus resultados mostraram dispersão dos serviços e dificuldades na entrada e saída dos discentes que necessitam de atendimento especializado (VILORIA, 2016).

A temática em torno do direito fundamental à educação para estudantes com deficiência e da necessidade de políticas públicas eficazes para garantir sua igualdade de acesso é um tema global e atemporal. Além desses, outros autores também abordaram essas questões, destacando a importância de promover a inclusão e a segurança de estudantes com deficiência. Um exemplo notável é a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência das Nações Unidas, que enfatiza a importância da educação inclusiva (FARIAS e JÚNIOR, 2020).

A Convenção da ONU também destaca a importância de medidas específicas para apoiar a inclusão, como adaptações curriculares e treinamento de professores. Isso reflete a necessidade mencionada pelos dois primeiros artigos mencionados no Quadro 1, de fortalecer a integralidade das políticas públicas para garantir que os estudantes com deficiência recebam

o suporte necessário (GUTIÉRREZ E MARTÍNEZ, 2020; VILORIA, 2016; FARIAS e JÚNIOR, 2020).

Além disso, a Convenção da ONU reconhece a importância de ouvir e envolver as pessoas com deficiência e suas famílias nas decisões relacionadas à educação, o que está alinhado com a pesquisa de Pereira et al. (2020) que destaca as experiências e perspectivas dos cuidadores de crianças com deficiência.

Portanto, a pesquisa de Viloría (2016) se encaixa em um contexto mais amplo de esforços para promover a igualdade de acesso à educação e a inclusão de estudantes com deficiência, tanto a nível nacional quanto internacional. Isso destaca a urgência de abordar essas questões e fortalecer as políticas públicas para garantir que todos os estudantes tenham a oportunidade de receber uma educação de qualidade, respeitando suas necessidades individuais e promovendo seu bem-estar.

O terceiro artigo analisado vai de encontro a relação às queixas e dificuldades encontradas dentro do âmbito escolar, Guerra *et al.* (2015) mostraram em sua pesquisa as preocupações e desafios enfrentados pelos professores em evidenciar crianças com deficiência na rede municipal, e a relevância está em identificar primeiramente qual tipo de deficiência ou doença crônica essas crianças apresentam e as devidas atenções.

Desse modo, foram apresentadas crianças com diagnóstico fechado e com suspeita diagnóstica, com achados das principais para Síndrome de Down, Transtorno do Espectro Autista, Hipotireoidismo, Paralisia Cerebral, Hidrocefalia e Síndrome de Dand Walker. Além disso, a maioria das crianças incluídas para o estudo apresentam comportamentos internalizantes e externalizantes significativos, mas sem diagnóstico (GUERRA *et al.*, 2015)

A inclusão de crianças com diferentes diagnósticos, comportamentos e necessidades é um princípio-chave na educação inclusiva. A teoria da diversidade e inclusão, destacada por Khater e Souza, enfatiza a importância de criar ambientes educacionais que sejam acolhedores para todas as crianças, independentemente de suas características individuais. Isso requer adaptações e suporte individualizado para atender às necessidades de cada criança (KHATER E SOUZA, 2018).

Ao lidar com crianças que apresentam comportamentos internalizantes e externalizantes significativos, a teoria da resiliência, como proposta por Buschbacher (2014), destaca a importância de identificar fatores de proteção que podem ajudar as crianças a superar desafios

e adversidades. Isso envolve o apoio emocional, social e educacional, bem como a construção de habilidades de enfrentamento.

Já Rocha e Deliberato (2012) tem como foco a identificação das necessidades de tecnologia assistiva para crianças com paralisia cerebral na escola. O foco principal apresentado é a acessibilidade e a qualidade da educação. Esses dados se relacionam com os de Araújo e Lima (2011), que abordaram as lutas dos cuidadores na promoção da inclusão de crianças com paralisia cerebral na escola, apresentando as considerações e abordagens dos desafios enfrentados pelos cuidadores nesse contexto.

Os dois últimos artigos do quadro 1, ressaltam a importância da utilização de recursos que promovem a atuação e permanência dos alunos com deficiências no âmbito escolar, não apenas adaptação de locais e colocação de pessoas especializadas, mas deve-se apresentar recursos mínimos para uso dentro da sala de aula (ROCHA E DELIBERATO, 2012; ARAÚJO E LIMA, 2011).

A tecnologia desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão educacional. Autores como Moraes, Hummel e Silva (2023) enfatizam que a tecnologia assistiva, como dispositivos de comunicação alternativa, softwares de leitura de texto e outras ferramentas, pode ser essencial para alunos com deficiências. Essas tecnologias não apenas facilitam o acesso ao currículo, mas também capacitam os alunos a participar mais plenamente das atividades escolares.

Além disso, Pletsch (2021) destacam a importância de projetar espaços, materiais e recursos educacionais com base nos princípios do Design Universal. Isso envolve a criação de ambientes e recursos que sejam acessíveis a todos, eliminando barreiras físicas e digitais. Essa abordagem promove a inclusão ao garantir que os alunos com deficiências tenham igualdade de acesso.

Portanto, todos esses artigos têm em comum a ênfase na inclusão e no bem-estar de estudantes com deficiência, mas eles abordam aspectos específicos, como atitudes dos professores, colaboração interdisciplinar, preparação da equipe, direitos, problemas identificados, tecnologia assistiva e desafios dos cuidadores. Juntos, esses estudos positivos para um entendimento mais completo e holístico da inclusão de estudantes com deficiência na educação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa visou aprofundar o entendimento dos desafios encontrados na educação de crianças com deficiência bem como examinar de que maneira o sistema educacional se adapta para atender as suas necessidades. Também, foi necessário entender a atuação dos professores diante das necessidades encontradas, e o suporte devido e/ou qualificação para atuar com cada demanda. Com isso, percebeu-se que há uma preocupação para que os professores e todos que compõe as unidades de ensino se organize para receber as crianças com deficiência, mas que ainda tem-se que melhorar quanto estruturação e preparação dos mesmos.

Outro aspecto crucial é em relação a infraestrutura das escolas no que diz respeito a adaptação desses alunos, para que assim possam ser incluídos. Além disso, foi avaliado a adequação dos recursos utilizados, os materiais didáticos, considerando se estão disponíveis em formato acessíveis, como o sistema Braille, de acordo com as necessidades pedagógicas das crianças, desse modo, os artigos mostram que as escolas disponibilizam materiais básicos, mas ainda é insuficiente para uma atuação efetiva dentro dos ambientes.

As pesquisas encontradas destacam a importância de políticas educacionais que promovam a formação contínua dos docentes, a adaptação de práticas pedagógicas e a conscientização sobre a inclusão. Isso não apenas melhora o ambiente de aprendizado para crianças com deficiência, mas também ajuda os professores a se sentirem mais preparados e capazes de atender às necessidades diversificadas de seus alunos. Após as observâncias, estas abordagens contribuem para a construção de um sistema educacional mais inclusivo e equitativo.

Para uma continuação da pesquisa, ressalta-se a importância fazer de forma direta e ouvir os professores e os estudantes com necessidades especializadas sobre as experiências dos mesmos, assim como a dos pais dos respectivos alunos, dos cuidadores e demais profissionais os quais acompanham esses estudantes. Ao examinar as boas práticas educacionais, tem mostrado êxito. A pesquisa poderá fornecer visões valiosas que colaborarão para o desenvolvimento de políticas públicas, condutas educacionais e práticas pedagógicas, garantindo a igualdade de acesso e oportunidades de ter uma educação adequando as crianças com deficiência.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, W. G. **A Língua de Sinais Tátil na Comunicação Com Surdocegos: Por Um Efeito de Modalidade Linguística**. Porto das Letras, v. 8, n. 4, p. 9-26, 2022.
- BARRETO, Q. R. D. A. **Adaptações curriculares na educação de estudantes com síndrome de down** (Bachelor's thesis, Brasil). 2019.
- BARRETO, A. C. F; ROCHA, D. S.. COVID 19 e Educação: resistências, desafios e (im) possibilidades. Revista Encantar-Educação, Cultura e Sociedade, v. 2, p. 01-11, 2020.
- BERSCH, R. D. C. R. **Design de um serviço de tecnologia assistiva em escolas públicas**. 2009.
- BRASIL. **Constituição**. República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 02, de 11 de setembro de 2001**. Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CNE/CEB, 2001.
- BUSCHBACHER, Robert. A teoria da resiliência e os sistemas socioecológicos: como se preparar para um futuro imprevisível?. 2014.
- CRITELLI, B.C. **SURDOCEGUEIRA, COM. CIÊNCIAS COM SENTIDOS: A RELAÇÃO DA LINGUAGEM CIENTÍFICA E RECURSOS DIDÁTICOS MULTISSENSORIAIS EM PROCESSOS DE ENSINO DE CIÊNCIAS PARA DUAS ALUNAS**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2021.
- DAROQUE, S. C.; MARINS, Kéren-Hapuke Cabral de. **PANORAMA GERAL DOS ASPECTOS LEGAIS SOBRE AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA SENSORIAL (DMS) E SURDOCEGUEIRA**. Cadernos da FUCAMP, v. 21, n. 52, 2022.
- ESPECIAIS, Educativas. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades, 1994.
- FARIAS, Alanna Larisse Saraiva de; JÚNIOR, Carlos Alberto Soares. Evolução Histórica dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Questões Associadas no Brasil. ID on line. Revista de psicologia, v. 14, n. 52, p. 59-76, 2020.
- FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre, RS: Bookman, 2004.
- FORESTI, Taimara; BOUSFIELD, Andréa Barbará da Silva. A compreensão da deficiência a partir das teorias dos modelos médico e social. Revista Psicologia Política, v. 22, n. 55, p. 654-667, 2022.
- FRANCO, Renata Maria da Silva; GOMES, Claudia. Educação inclusiva para além da educação especial: Uma revisão parcial das produções nacionais. Revista Psicopedagogia, v. 37, n. 113, p. 194-207, 2020.
- JÚNIOR, G. D. C. et al. **Gramática da datilologia em Libras**. Peer Review, v. 5, n. 3, p. 135-150, 2023.

KHATER, Eduardo; SOUZA, KCS de. Diversidade x Inclusão: Conceito, teoria e prática na educação infantil. *Revista Educação em Foco*, n. 10, 2018.

GARCIA, Luciana Amaral; RAMOS, Maély Ferreira Holanda. **CARACTERIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: UM ESTUDO A PARTIR DOS DADOS DO CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA**. *Educere et Educare*, v. 17, n. 42, p. 280-305.2022.

LAGATI, S. **Surdo-cegueira ou Surdocegueira**. p.306. *Journal of Visual Impairment & Deafblindness* – May -June 1995. Trad. Laura L.M. Ancillotto. Projeto Ahimsa/Hilton Perkins. 2002.

MAIA, Shirley Rodrigues. A Educação do Surdocego: diretrizes básicas para pessoas não especializadas. **Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo**, 2004. p 08.

MAIOR, Sônia Maria Vila; CARVALHO, Janaína Nogueira Maia. **A COMUNICAÇÃO NA SURDOCEGUEIRA—A VOZ NA PALMA DA MÃO**. 2022.

MATOS, Selma Norberto; MENDES, Enicéia Gonçalves. Demandas de professores decorrentes da inclusão escolar. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 21, p. 9-22, 2015.

MENDES, Marlon Jose Gavlik; COSTA, Maria da Piedade Resende da; DENARI, Fátima Elisabeth. Preconceito, discriminação e estigma contra pessoas com deficiência: uma revisão sistemática de literatura. *Revista Eletrônica de Educação*, v. 16, p. e4825027-e4825027, 2022.

MORAES, Marcelo Rodrigues de; HUMMEL, Eromi Izabel; SILVA, Eliane Paganini da. Tecnologia Assistiva como recurso pedagógico: concepções dos docentes das salas de recursos multifuncionais. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, v. 15, n. 43, p. 40-66, 2023.

MOREIRA, Flavia Daniela dos Santos. **PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA TÁTIL: comunicação por meio de conexões táteis**. *Revista Teias*, v. 22, n. 66, p. 309-324, 2021.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração de Salamanca**: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca, Espanha: Nações Unidas, 1994.

OLIVEIRA, E. A. M.; OLIVEIRA, A. S. C. L. O. **LIBRAS TÁTIL: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO**. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCAR) PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA (PPGL), p. 66. 2021.

PEREIRA, A. C. C. **Processo de Inclusão de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho**: A apropriação da solução assistiva no contexto das organizações BrasilEspanha. 2016. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

PEREIRA, Brenda Roberta da Silva et al. Conhecimento da qualidade de vida de cuidadores de crianças com deficiência. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 9, p. 71449-71460, 2020.

PLETSCH, Márcia Denise et al. Acessibilidade e desenho universal na aprendizagem. Campos de Goytagazes: Encontrografia/ANPED, v. 1, 2021.

PNEEPEI - **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** (2008). Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Brasília: MEC. Recuperado em 26 de abril de 2023 de <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>.

SANTOS, Miralva Jesus Dos; GALVÃO, Nelma de Cássia Silva Sandes; ARAÚJO, Sheila Correia de. **Atendimento educacional específico:** Deficiência visual e surdocegueira. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: . Acesso em: 11 jun. 2013.

SERPA, Ximena. **COMUNICAÇÃO PARA PESSOAS SURDOCEGAS.** Publicação – Instituto Nacional para Cegos. Bogotá - Colômbia, 2002. Disponível em: . Acesso em: 30 abril. 2023.)

SOUZA, Linda Carter; SILVA, Luiza Guacira SANTOS. **Educação em direitos humanos e educação inclusiva:** concepções e práticas pedagógicas. Editora Appris, 2020.

TONUCCI, Francesco. O direito de brincar: uma necessidade para as crianças, uma potencialidade para a escola e a cidade. *Práxis Educacional*, v. 16, n. 40, p. 234-257, 2020.

UZEDA, S. D. Q. **Educação inclusiva.** 2019.